



**ATA DA 35ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO –
2016
(108ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)**

Ata da 35ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 30 de setembro de 2016, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador **Flávio Rostirola**, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor **Caio Brucoli Sembongi**, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível Doutor **Flávio Fernando Almeida da Fonseca**, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília Doutor **Flávio Augusto Martins Leite**, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do MPDFT Doutor **André Vinícius Espírito Santo de Almeida** e a Senhora Assessora do MPDFT **Gabriela Badaró**, os representantes da OAB/DF a Senhora Conselheira **Hellen Falcão** e o Doutor **Vitor Wakim Baptista**. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutor Lizandro Garcia Gomes Filho, tendo indicado para substituí-lo nessa reunião, o Senhor Assessor da Primeira Vice-Presidência Doutor **Luiz Antônio de Araújo**; a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Segunda Vice-Presidência Luciana Yuki Fugishita Sorrentino, tendo indicado para substituí-la nessa reunião, a Senhora Assessora da Segunda Vice-Presidência **Fernanda Rocha Ramos**; o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/JEC/Brasília Doutor Josmar Gomes de Oliveira, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do DF Doutora Sandra Aparecida Dohler Ferreira, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF Doutor Alexandre Moraes Pereira e a Senhora Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância – CGSIS Doutora Rosely de Paula Menezes. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola iniciou os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 34ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 23 de setembro de 2016.** Não houve impugnação e a ata foi declarada aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola passou ao **segundo item da pauta: Implantação do PJE nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais dos Fóruns de São Sebastião e Paranoá.** Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola noticiou que nesta data o Tribunal implanta mais uma etapa do PJE, agora nos fóruns de São Sebastião e do Paranoá. Destacou que a implantação se dará apenas na parte cível e justificou a ausência do Senhor Secretário do PJE que está acompanhando a implantação. Na oportunidade, informou que o Grupo de Trabalho do Módulo Criminal está realizando estudos para o Conselho Nacional de Justiça – CNJ no desenvolvimento dessa matéria. Destacou que integram o grupo, os partícipes da justiça: OAB/DF, MPDFT, DPDF, PCDF e PMDF, que têm se



reunido semanalmente, às sextas-feiras pela manhã. Esclareceu que essa atribuição foi delegada ao Tribunal pelo CNJ para a implantação do PJE – Módulo Criminal e que estão sendo elaborados os fluxos de trabalho para sua implementação que se dará em nível nacional. Salientou que a realização desse trabalho coloca o TJDFT à frente, pois quando da efetiva implantação, o modelo será muito próximo aos moldes em que os magistrados desta Casa já estão discutindo atualmente. Na ocasião, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor fez a leitura da matéria divulgada pela Assessoria de Comunicação Social, a respeito da implantação do PJE versão 2.0. A matéria divulgada noticia que o Tribunal prepara-se para a implantação da nova versão, que está em fase de testes e que promete facilitar o uso do aplicativo, oferece uma visualização com uma interface mais limpa e mais agradável para quem acessa, além de permitir acesso mais rápido aos processos eletrônicos e muito menos cliques em relação à versão atual. Em seguida, passou ao **terceiro item da pauta: Assuntos Diversos.** Na oportunidade, foi franqueada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do MPDFT Doutor André Vinicius que informou que o MPDFT está aguardando a homologação das interfaces desenvolvidas no Paraná pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A partir da versão homologada do MNI2 que será implantada nos servidores do CNJ, será necessário apenas direcionar as máquinas para o endereço do CNJ. Todavia, o CNJ está passando por mudanças na gestão e o MPDFT está acompanhando de perto essas mudanças que impactam diretamente nos rumos do PJE. Informou que ainda não houve o treinamento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, que estava previsto para o período de 19/09 a 30/09/2016, aqui no TJDFT e sugeriu uma revisão nas datas programadas, uma vez que ainda não ocorreu o treinamento e não foi disponibilizado o ambiente para o treinamento de TI. Em seguida, o Senhor Representante do MPDFT questionou sobre a mudança do cronograma de implantação do PJE e o Senhor Presidente do Comitê Gestor informou que em outubro o Tribunal expandirá o PJE no segundo grau, para a ação rescisória e mandado de segurança. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor noticiou que os conflitos de competência estão diminuindo bastante o volume das Câmaras e que já está sendo utilizado o voto virtual. O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Flávio Leite relatou que ainda existe resistência dos servidores dos gabinetes para utilização do sistema, principalmente no que diz respeito a alimentação dos votos. Conforme esclareceu, a utilização do Word para a realização de tarefas que poderiam ser feitas no próprio PJE, gera uma perda de produtividade além de um verdadeiro retrocesso. O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Flávio Fernando concordou que há uma resistência dos servidores e relatou também, a existência de uma rotatividade muito grande de servidores, o que acabaria dificultando o aprendizado dos servidores que chegam. Por esta razão, destacou ser imprescindível o treinamento para os novos servidores e a reciclagem para todos. Em relação a esse tema, o Comitê aprovou a solicitação de um novo treinamento para os servidores das



assessorias e gabinetes das Turmas Recursais para atualização. O Excelentíssimo Senhor Procurador do MPDFT sugeriu que essa resistência pela utilização do sistema poderia advir da falta de recursos que garantam a produtividade da ferramenta. O MM Juiz Doutor Flávio Leite relatou que há casos de gabinetes que se recusaram a realizar o treinamento, deixando claro que não utilizarão a ferramenta. O segundo aspecto está diretamente ligado à criatividade, familiaridade com o sistema. O PJE admite modificações para se adequar ao usuário. Mas para isso, é necessário que o usuário utilize o sistema. Somente utilizando é possível evoluir e perceber as funcionalidades da ferramenta. O MM Juiz Doutor Flávio Fernando salientou que esse comportamento resistente pode ter origem quando da implantação das primeiras versões do PJe, em que o editor de texto era muito ruim e era preciso trabalhar no Word. Mas, conforme esclareceu isso já foi sanado com as novas versões. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor solicitou que seja feito um levantamento da disponibilidade de novo treinamento e quais os gabinetes resistiram ao treinamento. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Conselheira Hellen Falcão relatou que participou do 2º Encontro Nacional de Presidentes de Comissão de TI e o Tribunal de Justiça foi alvo de elogios e está sendo citado como exemplo para todos os tribunais em outros estados. Relatou que ficou muito feliz com esse reconhecimento e destacou que embora ainda sejam necessárias melhorias, a maior parte dessas melhorias depende da atuação do CNJ em relação ao PJE. Aproveitou a oportunidade para agradecer em nome dos advogados que estavam no evento. Segundo foi informado, existe uma preocupação em relação à saída definitiva do Doutor Bráulio Gusmão e os novos rumos do PJE. Existe uma proposta para análise de requisitos para a unificação nacional, todos os tribunais utilizariam o mesmo sistema e o mesmo navegador. Para a advocacia não seria bom, pois existe um lobby pela adoção do Sistema E-SAJ do Tribunal de Justiça de São Paulo. Destacou que o CNJ não está conseguindo atender todos os tribunais e que por isso, as ferramentas que precisam ser desenvolvidas no sistema PJE acabaram sendo divididas entre os diversos estados do País. O MM Juiz Doutor Flávio Leite destacou que o PJE é um sistema para todos os atores do processo e tem que ter uma interface adequada para cada um deles. O processo é público por definição legal. Não é apenas do Judiciário, mas de todos que participam dele. Sugeriu que é preciso seguir o modelo aberto utilizado como paradigma para a evolução das empresas de softwares. Tudo deve ser desenvolvido por esforço coletivo, um modelo aberto para mudanças para plataforma de serviço. Em seguida, a Senhora Conselheira da OAB/DF enumerou algumas das principais reivindicações nacionais propostas nesse Encontro: 1. Que todos os sistemas sejam submetidos auditoria externa; 2. Que seja observada a adoção das normas de acessibilidade da Lei 13146; 3. Atualização das versões no prazo de trinta dias subsequentes ao lançamento; 4. Unificar o PJE existente nos tribunais: CNJ, TJDFT, TRT e TRF5; 5. Que o CNJ disponibilize os dados do Comitê Gestor do PJE de cada tribunal do País; 6. O CNJ publique em seus sites e na



internet, as atas de todas as reuniões dos respectivos Comitês Gestores; 7. Que o CNJ e todos dos tribunais utilizem a publicação no DJE para as intimações do processo, até que seja disponibilizado o DJE Nacional; 8. Que seja dada publicidade a todas as especificações e estágio de desenvolvimento da plataforma de comunicação DGEM; 9. Adoção de providências contra os tribunais que não implantaram o MNI; 10. Adoção de providências contra os tribunais que implantaram o MNI mas não disponibilizaram para órgãos e entidades públicas e privadas; 11. Adequação do PJE às inovações trazidas pelo novo CPC, tais como ordem cronológica de conclusão, identificação de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR; 12. Seja disponibilizada a ferramenta de pesquisa de jurisprudência em sentenças e acórdãos para efeitos de recursos; 13. Sejam desenvolvidos planos decenais para garantir a continuidade dos projetos e estabilidade a longo prazo; 14. Que as mensagens de erro para identificação dos problemas enfrentados e respectivas soluções sejam corretamente configuradas, eliminando as mensagens genéricas; 15. Aperfeiçoamento da ferramenta Escritório Digital e providencias para disponibilização ao público externo pelos tribunais; 16. Desenvolvimento de plataforma *off-line* para utilização pelo usuário externo permitindo consulta de processos e peticionamento sem depender da conexão internet. 17. Que seja concedido assento nos órgãos responsáveis aos representantes da OAB/DF; 18. Desenvolvimento de funcionalidade que permita a emissão eletrônica de Alvará; 19. Upload de documentos múltiplos do PJE entre outras reivindicações. O MM Juiz Doutor Flávio Leite destacou que a Advocacia seria a parte com maior força para evitar essa diluição do PJE. A Senhora Conselheira esclareceu que nem na própria entidade existe uma opinião uníssona sobre isso, o que dificultaria o engajamento de todos. Em seguida, a Excelentíssima Senhora Conselheira Hellen Falcão solicitou e foi autorizado que o Senhor Secretário do PJE elabore um arrazoado explicando como converter as intimações do PJE para a publicação no DJe, a fim de subsidiar a OAB nos requerimentos aos tribunais nos demais estados. Ao final, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola agendou a 36ª reunião do Comitê Gestor do PJe, para o dia 07 de outubro de 2016, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 14h30min, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

CAIO BRUCOLI SEMBONGI

Juiz Assistente da Corregedoria



FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA

Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

GABRIELA BADARÓ

Assessora do MPDFT

HELLEN FALCÃO

Conselheira da OAB/DF

VICTOR WAKIM BAPTISTA

Advogado da OAB/DF

LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO

Assessor da Primeira Vice-Presidência

FERNANDA ROCHA RAMOS

Assessora da Segunda Vice-Presidência